

Título: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS E DAS CAPACIDADES ESTATAIS

Autores: Thiago Viana Soares, Debora Rodrigues Pereira Dias, Mayra Cardoso Pereira, Nathália Sitta Bezerra

Filiação Institucional: Universidade Federal do ABC – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Palavras-chave: Acessibilidade arquitetônica, políticas públicas, educação inclusiva, capacidades estatais, arranjos institucionais.

Apresentação/Introdução: Este estudo analisa as falhas na implementação da acessibilidade arquitetônica nas escolas estaduais de São Paulo, destacando as causas estruturais e institucionais. Utiliza a teoria de Gomide e Pires (2014) acerca das capacidades estatais para identificar fragmentação institucional, baixa capacidade estatal e ausência de mecanismos de coordenação como fatores críticos.

Objetivos: Identificar os desafios na implementação da política de acessibilidade na educação básica paulista, analisando arranjos institucionais e capacidades estatais, com base em dados quantitativos e qualitativos de 2021 a 2025.

Metodologia: Pesquisa qualitativa com análise discursiva e revisão bibliográfica. Foram analisadas 12 reportagens, documentos normativos, legislações e dados do Censo Escolar. Buscamos lacunas na análise das falhas de implementação, orientados pela teoria de Gomide e Pires (2014) sobre capacidades estatais, que foi utilizada para cruzar dados com elementos como fragmentação institucional e limitações orçamentárias.

Resultados: Verificou-se descompasso entre metas e realidade: apenas 60% das escolas possuem banheiros adaptados, com baixa evolução nesta taxa desde 2017, e menos da metade têm alguma acessibilidade física em vias internas. Cortes orçamentários e falta de transparência agravam o problema, conforme verificamos em reportagens e relatórios do TCE-SP.

Considerações finais: A política de acessibilidade para a educação básica paulista enfrenta falhas de implementação devido à baixa coordenação federativa, predominância da discricionariedade local para implementação da política pública e priorização de outras agendas. Recomenda-se fortalecer mecanismos de accountability e alocação eficiente de recursos para garantir equidade.

Eixo Temático Prioritário: Eixo 2: As várias faces da educação: para além da inclusão

Eixo Temático Secundário: Eixo 6: Vida Digna e Boa na Cidade: acesso e acessibilidade

Agradecimentos: Não se aplica.

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflitos de interesse.